

CORREIO BRAZILIENSE

Ná quarta parte nova os campos atra
E se mais mundo houverá, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Editor-Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

6 Com - Brasil

Crescimento já

A queda de 2,03 por cento do Produto Interno Bruto no segundo trimestre desse ano abre nova tendência de declínio da economia nacional, na esteira de um processo recessivo cujo ponto fulgurante foram as medidas de contenção adotadas a partir de fevereiro. O fenômeno atinge com particular incidência a produção industrial, conforme os dados revelados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e anotados com natural preocupação pelas entidades de grau sindical das empresas e do empresariado.

Nem mesmo o desempenho das exportações e a razoável safra agrícola 1991/1992 compensaram as perdas nos volumes de bens industriais produzidos, sobretudo no segmento das atividades transformadoras. É evidente que as altas taxas de juros e a compressão da massa salarial, nesta última hipótese por reduzir em proporção drástica o consumo, são as causas essenciais da débâcle. Juros exorbitantes e arrocho salarial, como é notório, são duas das mais importantes variáveis das políticas recessivas de regra consideradas estabilizadoras.

Não se há de discutir semelhante questão em termos de doutrina econômica, matéria polêmica, sujeita a ácidas controvérsias e não raro a conclusões pouco acessíveis ao senso comum. Vale considerar apenas que a diretriz recessão não conseguiu equilibrar o déficit público, antes o agravou, tampouco confeve o curso do processo inflacionário, embora o estabilizasse em torno de 23 por cento, e fez cessar de modo virtual os investimentos de capitais.

Ao lado das consequências danosas aqui relacionadas, a recessão provocou considerável deságio nos recursos públicos, pela diminuição dramática da arrecadação tributária. Houve, de um lado, a retração dos fluxos financeiros na direção do Tesouro por causa da redução da

atividade industrial e, de outro, tangidos pela crise de escassez, muitos segmentos adotaram a desobediência civil no tocante ao recolhimento de impostos a prática da sonegação. O fato é que, acuado, à míngua de disponibilidades, o Governo ministrou ao País um orçamento incompatível com a ordem de grandeza dos problemas a atender e, erro grosseiro, ainda afeiçoados aos cânones da recessão.

É de ver que tal situação não pode perdurar. As taxas de desemprego seguem em ritmo ascendente. Só em São Paulo há hoje mais de um milhão 300 mil desempregados, enquanto outros dois milhões de trabalhadores, pela primeira vez habilitados ao mercado, não encontram espaço para inserir-se na população economicamente ativa. Está em formação densa concentração de vapores sociais em um ambiente enclausurado por toda sorte de restrições à sobrevivência de estratos inteiros da sociedade.

Portanto, seja qual for o desfecho da crise política em curso, remova-se ou não o presidente Fernando Collor, urge reformulação da política econômico-financeira para efeito da retomada do crescimento com a maior brevidade possível. Não está em causa colocar sob risco os princípios, consensualmente partilhados pela maioria, em favor da modernização do sistema econômico, para fazê-lo inserir-se no quadro mundial do intercâmbio e orientar-se pelas regras de competitividade consagradas nas práticas de mercado. Se alguma forma de equilíbrio a recessão poderia produzir, já o fez, ou malogrhou em seu intento, de modo que não há outra alternativa senão o reaquecimento da economia. A realidade brasileira exige a ativação de seu potencial econômico em grau correspondente às carencias da população e à necessidade de gerar bem-estar social pela oferta adequada de empregos.